

4 — O financiamento das ações a que se refere o n.º 2 é assegurado, nos termos da lei, por verbas com origem em receitas próprias do ICNF, I. P., ou do Fundo Florestal Permanente, até ao limite de 750 000,00 Euros.

5 — A planificação dos trabalhos a executar em 2015 e 2016, bem como o respetivo financiamento devem ser objeto de proposta a apresentar pelo ICNF, I. P., e pelo Comando das Forças Terrestres, a homologar pelas respetivas tutelas, até ao dia 31 de outubro do ano anterior àquele a que digam respeito.

6 — A operacionalização deste despacho será efetuada num protocolo a estabelecer entre o ICNF, I. P., e o CFT/Exército.

14 de janeiro de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*. — A Ministra da Agricultura e do Mar, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

207549496

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1584/2014

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprova a orgânica da GNR, com a anuência de Sua Ex.ª o Senhor Ministro da Defesa Nacional, e por proposta do Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, nomeio para o cargo de 2.º Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana (GNR) o Tenente-General (2080002) José Romão Mourato Caldeira, do Exército, presentemente a prestar serviço na GNR.

O presente despacho produz efeitos a 31 de dezembro de 2013.

17 de janeiro de 2014. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

207554039

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna

Despacho n.º 1585/2014

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e na alínea a) do artigo 16.º ambos do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero do cargo de Técnico Especialista do meu Gabinete, a seu pedido, o Licenciado Luis Patrício Vieira Duarte, nomeado para exercer funções através do Despacho n.º 6005/2013, de 26 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 9 de maio de 2013.

2 — Ao cessar estas funções, cumpre-me manifestar público louvor ao Licenciado Luis Patrício Vieira Duarte pelas suas qualidades pessoais e profissionais, destacando-se pelo exemplar relacionamento humano e pelo sentido do interesse público, diligência e lealdade demonstrados no desempenho das suas funções no meu Gabinete.

3 — O presente despacho produz efeitos a 20 de janeiro de 2014.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

17 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, *Fernando Manuel de Almeida Alexandre*.

207553853

Despacho n.º 1586/2014

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo o Eng. Francisco José Pereira Monteiro Gomes para exercer funções de técnico especialista no meu Gabinete, nas suas áreas de especialidade.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório do designado é equivalente ao dos adjuntos de gabinete.

3 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos a partir de 20 de janeiro de 2014.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

17 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, *Fernando Manuel de Almeida Alexandre*.

ANEXO

Nota Curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Francisco José Pereira Monteiro Gomes;
Data de Nascimento: 17 de setembro de 1965;
Naturalidade: Torres Vedras.

II — Formação Académica:

Mestrado Executivo em Administração e Gestão de Empresas, na Escola de Negócios AESE de Lisboa, Programa do IESE da Universidade de Navarra (2004-2006);

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, Ramo de Sistemas e Computadores, pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa (1985-1990).

III — Percurso profissional:

Consultor externo em Gestão de Projeto e Programa em Telecomunicações e Sistemas de Informação, da Atos Espanha e da Vodafone Países Baixos (desde julho de 2011);

Diretor de Operações de Rede de Comutação e Serviços da Optimus Sonaecom (fevereiro de 2005-abril de 2011);

Diretor de Engenharia e Desenvolvimento da Optimus Telecomunicações, S. A. (junho de 2001 a janeiro de 2005);

Responsável do Grupo de Comutação e Serviços da Optimus Telecomunicações, S. A. (maio de 2001-maio de 2005);

Consultor externo de Desenvolvimento e Suporte de Software da Alcatel Espanha (junho de 1997-maio de 1998);

Engenheiro de Suporte da Direção de Operações da Telecel Comunicações Pessoais, S. A. (junho de 1996-junho de 1997);

Engenheiro de Desenvolvimento de Software da Alcatel Portugal, S. A. (fevereiro de 1992-maio de 1996).

207553975

Guarda Nacional Republicana

Comando-Geral

Declaração n.º 21/2014

Por despacho do Ministro da Administração Interna, de 12 de novembro de 2013, o cabo de infantaria n.º 1910307, João Manuel Bento Niza, da Unidade Nacional de Trânsito da Guarda Nacional Republicana, foi autorizado a aceitar e usar a medalha cobreada de dador benévolo de sangue com que foi agraciado pelo Ministério da Saúde.

26 de novembro de 2013. — O Diretor de Justiça e Disciplina, *José Fernando Magalhães Gaspar*, coronel.

207553878

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção-Geral da Política de Justiça

Despacho (extrato) n.º 1587/2014

Por meu despacho, de 8 de janeiro de 2014

Licenciado José Luís Loureiro de Vasconcelos Dias — renovada, por novo período de dois anos, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 1 do artigo 10.º e no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, que mantém em vigor os n.ºs 2 a 6 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de abril, a comissão de serviço para desempenhar funções de Consultor nas áreas de planeamento e política legislativa da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, com efeitos a 18 de fevereiro de 2014. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

14 de janeiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.

207557214